



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO Nº 181/2017

À Câmara Municipal de Jaguariúna.

Requeiro à Mesa, após ouvido o doutor plenário, observadas as formalidades legais, para que seja oficiado ao Senhor Prefeito Municipal, solicitado para que possa informar a esta Casa de Leis, **Para que o prefeito Municipal informe as fundamentações legais que ampara a empresa CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA-EPP (zona azul), fazer a cobrança de taxa de R\$12,00 (doze reais), bloquear a placa até o referido pagamento bem como, o envio de placa de veículo, supostamente sem o pagamento da zona azul, para que o departamento de transito faça a notificação de infração, após decorrer 24 (vinte e quatro) horas.**

JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de Jaguariúna, atendendo o clamor dos usuários da zona azul, convidou o Proprietário da Empresa da zona azul e o Diretor do Departamento de Transito da Prefeitura de Jaguariúna, para uma reunião no dia 21 de Setembro de 2017 que aconteceu no plenário da Câmara, onde surgiram diversas dúvidas.

A população e os vereadores querem saber qual a fundamentação legal, e o que levou o Prefeito a estipular "... o pagamento do valor correspondente a 08 (oito) horas de estacionamento relativo a zona azul", previsto no artigo 7º do Decreto nº 3.583, de 20 de Julho de 2017, cujo valor cobrado esta sendo de R\$ 12,00 (doze reais).

Informar também, quem seria o sujeito, no mesmo artigo 7º, previsto na frase: "...após ter sido notificado pela fiscalização do sistema"; Este sujeito, responsável pela fiscalização do sistema, seria um funcionário da empresa Central Serviços Ltda – EPP, ou seria um funcionário público do Departamento de Transito Municipal, ou seria da Guarda Municipal ou da Policial Militar?

Informar se a Prefeitura Municipal comprou algum sistema e/ou equipamento de "vídeo monitoramento" ou se utiliza os equipamentos da empresa da zona azul. Informar ainda, qual a fundamentação legal, que ampara a empresa enviar placa de veículos para o Departamento de transito Municipal, uma vez que o objeto de contrato dela com a Prefeitura não contempla esta finalidade.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Requerimento nº 181/17

Informar ainda, o motivo pelo qual a Prefeitura se amparou na resolução do Contran 471 de 18 de dezembro de 2013 que se refere exclusivamente a “Estradas e Rodovias” para justificar suposto uso de vídeo monitoramento em ruas e praças da Cidade. Informar por fim, a qualificação completa do funcionário da prefeitura responsável pela fiscalização do contrato de concessão entre a empresa da zona azul e a Prefeitura.

Gabinete do Vereador A.R.T., 25 de Setembro 2017.

As.) **VEREADOR ANGELO ROBERTO TORRES - Neguita Torres**

Cópia conforme o original apresentado nesta Edilidade, em Sessão Ordinária de 26 de setembro corrente.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 27 de setembro de 2017.

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente